



ATA N.º 46

24-07-2019

[Handwritten signatures in blue and purple ink]

Aos vinte e quatro dias do mês de julho de dois mil e dezanove, na sala de reuniões da Câmara Municipal de Cuba, sob a presidência do Senhor Vice-Presidente da Câmara Francisco Xavier Candeias Fitas, em substituição do Sr. Presidente da Câmara João Manuel Casaca Português que se encontra em gozo de férias, realizou-se a quadragésima sexta reunião ordinária deste Órgão Executivo, com a participação dos Senhores Vereadores Luís José de Brito Camacho Barriga, Maria Jacinta Cardoso Grilo e Noémia Ermelinda Rocha Fragoso Ramos. -----

Participaram também nos trabalhos o Jurista - Chefe da Unidade de Apoio Jurídico, Desenvolvimento, Cultura e Sociedade, Vítor Manuel Parreira Fialho, a quem incumbe a função de prestar os esclarecimentos julgados necessários sobre os assuntos submetidos a deliberação e José Francisco Ribeiro Roque, Coordenador Técnico da Câmara Municipal de Cuba, designado para secretariar as reuniões do órgão executivo. A reunião teve início às nove horas e trinta minutos, depois de todos os membros da Câmara terem tomado os seus lugares e se verificar existir quórum. -----

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA. -----

Cumprimento do disposto no art.º 52.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.-----

(Em cada sessão ou reunião ordinária dos órgãos das autarquias locais é fixado um período de antes da ordem do dia, com a duração máxima de 60 minutos, para tratamento de assuntos gerais de interesse autárquico.) -----

Não se registaram intervenções. -----

BALANCETE DE TESOURARIA REFERENTE AO DIA 23 DE JULHO DE 2019: € 248 799,19. -

ORDEM DO DIA: -----

1. MARIA ISABEL CARAPUÇA VASCO CAEIRO. PEDIDO DE PAGAMENTO DE DÍVIDA DE ÁGUA EM PRESTAÇÕES. LOCAL DE CONSUMO: TRAVESSA DA LAGOA, N.º 8, EM CUBA.

Solicita a Sr.ª Maria Isabel Carapuça Vasco Caeiro, titular do contrato de água da morada indicada, a possibilidade de poder proceder ao pagamento da quantia proveniente de consumo que tem em dívida e em processo execução fiscal, em prestações mensais de € 10,00, de acordo com a simulação anexa, dado que, devido a dificuldades de ordem económica não tem possibilidade de proceder ao pagamento na íntegra. -----

A Câmara, por unanimidade, de acordo com a Informação n.º 106/2019, da Subunidade Administrativa e com base no disposto no art.º 196.º do CPPT (DL n.º 433/99, de 26 de outubro), na sua versão atualizada, deliberou atender a pretensão da requerente possibilitando o pagamento de forma fracionada, alertando para o facto de que o incumprimento no pagamento de uma dessas prestações pressupõe a liquidação de todas as outras. -----

2. MARIA LUÍSA TOMÉ CAEIRO MESTRE. PEDIDO DE PAGAMENTO DE DÍVIDA DE ÁGUA EM PRESTAÇÕES. LOCAL DE CONSUMO: RUA DA ALEGRIA, N.º 18, EM CUBA. -----

Solicita a Sr.ª Maria Luísa Tomé Caeiro Mestre, titular do contrato de água da morada indicada, a possibilidade de poder proceder ao pagamento da quantia proveniente de consumo que tem em dívida e em processo execução fiscal, em prestações mensais de € 30,00, de acordo com a simulação anexa, dado que, devido a dificuldades de ordem económica não tem possibilidade de proceder ao pagamento na íntegra. -----

A Câmara, por unanimidade, de acordo com a Informação n.º 107/2019, da Subunidade Administrativa e com base no disposto no art.º 196.º do CPPT (DL n.º 433/99, de 26 de outubro), na sua versão atualizada, deliberou atender a pretensão da requerente possibilitando o pagamento de forma fracionada, alertando para o facto de que o incumprimento no pagamento de uma dessas prestações pressupõe a liquidação de todas as outras. -----

3. ANA MARIA PIRES JANEIRO. PEDIDO DE PAGAMENTO DE DÍVIDA DE ÁGUA EM PRESTAÇÕES. LOCAL DE CONSUMO: ROSSIO DE SÃO VICENTE, N.º 4, EM CUBA. -----

Solicita a Sr.ª Ana Maria Pires Janeiro, titular do contrato de água da morada indicada, a possibilidade de poder proceder ao pagamento da quantia proveniente de consumo que tem em dívida e em processo execução fiscal, em prestações mensais de € 30,00, de acordo com a simulação anexa, dado que, devido a dificuldades de ordem económica não tem possibilidade de proceder ao pagamento na íntegra. -----

A Câmara, por unanimidade, de acordo com a Informação n.º 108/2019, da Subunidade Administrativa e com base no disposto no art.º 196.º do CPPT (DL n.º 433/99, de 26 de outubro), na sua versão atualizada, deliberou atender a pretensão da requerente possibilitando o pagamento de forma fracionada, alertando para o facto de que o incumprimento no pagamento de uma dessas prestações pressupõe a liquidação de todas as outras. -----

4. OPUS GAY – OBRA GAY ASSOCIAÇÃO. PEDIDO DE CEDÊNCIA GRATUITA DE ESPAÇO NA FEIRA ANUAL DE CUBA 2019. -----

Na sequência da realização de mais uma edição da Feira Anual de Cuba, vem a Opus Gay – Obra Gay Associação, pelo fato de ser uma ONG sem fins lucrativos e IPSS, solicitar um espaço a título gratuito na Feira Anual de 2019, que ocorre no Parque de Feiras entre os dias 29 de agosto e 02 de setembro. -----

Informam os serviços que, de acordo com as Normas da Feira Anual de Cuba, no que refere o ponto 3.1. “Podem participar no evento todos os interessados, pessoas singulares e coletivas que cumpram todos os requisitos legalmente estabelecidos para a atividade a que se propõem desenvolver ...”. -----

Sendo a Associação uma organização cívica de carácter social, criada para promover a solidariedade entre todos os membros da comunidade LGBT portuguesa, a sua participação poderá ser enquadrada na vertente social. -----

No que respeita à cedência de espaço a título gratuito, as normas referidas anteriormente apenas preveem a possibilidade para as associações do concelho, nada estipulando relativamente às associações e fundações de fora do concelho. Assim, atendendo ao disposto no ponto 17 das Normas, este caso omissa poderá ser resolvido pela organização, porém, como se trata também de um pedido de isenção de pagamento de um preço, salvo melhor opinião, deverá este assunto ser submetido a

deliberação do órgão executivo. -----

A Câmara, por unanimidade, dado o fim em causa e por se tratar de uma “instituição de solidariedade social, sem fins lucrativos”, deliberou dispensar o pagamento do espaço solicitado e atribuir a título gratuito um stand de 3x3m² de acordo com as disponibilidades. -----

5. ASSOCIAÇÃO FAMOSOS SOLIDÁRIOS. PEDIDO DE CEDÊNCIA GRATUITA DE ESPAÇO NA FEIRA ANUAL DE CUBA 2019. -----


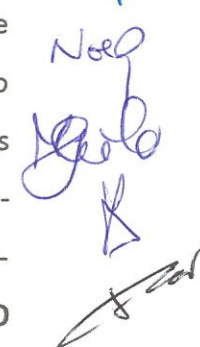
Na sequência da realização de mais uma edição da Feira Anual de Cuba, vem a Associação Famosos Solidários, pelo fato de ser uma associação sem fins lucrativos, solicitar um espaço a título gratuito na Feira Anual de Cuba de 2019 que ocorre no Parque de Feiras entre os dias 29 de agosto e 2 de setembro. -----

Neste espaço, pretende a Associação divulgar o seu trabalho, a sua missão e apresentar aos visitantes o seu programa **Movimento+Saúde+Vida**, onde se propõem a realizar ações de sensibilização para a prática de estilos de vida saudáveis, por forma a combater o sedentarismo e estimular o convívio social, sobretudo na população sénior. -----



Informam os serviços que, de acordo com as Normas da Feira Anual de Cuba, no que refere o ponto 3.1. “Podem participar no evento todos os interessados, pessoas singulares e coletivas que cumpram todos os requisitos legalmente estabelecidos para a atividade a que se propõem desenvolver ...”. -----

Sendo a Associação uma organização cívica de carácter social sem fins lucrativos, e tendo como objetivo principal o apoio humanitário para crianças deficientes, famílias carenciadas e entrega de alimentos aos sem-abrigo em Portugal, poderá ser enquadrada na vertente social. -----

No que respeita à cedência de espaço a título gratuito, as normas referidas anteriormente apenas preveem a possibilidade para as associações do concelho, nada estipulando relativamente às associações e fundações de fora do concelho. Assim, atendendo ao disposto no ponto 17 das Normas, este caso omissso poderá ser resolvido pela organização, porém, como se trata também de um pedido de isenção de pagamento de um preço, salvo melhor opinião, deverá este assunto ser submetido a deliberação do órgão executivo. -----


Nº 10


A Câmara, por unanimidade, dado o fim em causa e por se tratar de uma “instituição de solidariedade social, sem fins lucrativos”, deliberou dispensar o pagamento do espaço solicitado e atribuir a título gratuito um stand de 3x3m² de acordo com as disponibilidades. -----


Noe
M. J. L.


6. COMISSÃO DE FESTAS DA FÁBRICA DA IGREJA PAROQUIAL DE CUBA. PEDIDO DE LICENÇA ESPECIAL DE RUÍDO. PEDIDO DE LICENÇA DE RECINTO IMPROVISADO. PEDIDO DE ISENÇÃO DE PAGAMENTO DE TAXAS. -----

Solicita a Comissão de Festas da Igreja Paroquial de Cuba, no âmbito da realização das festas em Honra de Nossa Senhora da Rocha, que decorrem nesta localidade de 23 a 24 de agosto de 2019, licença de recinto improvisado, licença especial de Ruído das 21,00 horas do dia 23 até às 4,00 horas do dia 24, das 21,00 horas do dia 24 até às 4,00 horas do dia 25 de agosto, bem como a isenção das respetivas taxas. -----

A Câmara, por unanimidade, com base na Informação n.º 173/2016, da Subunidade Administrativa, deliberou: -----

(1) Emitir, na sequência de despacho que determinar a vistoria prévia, a licença de recinto improvisado, de acordo com o disposto Decreto-lei 268/2009, de 29 de setembro, desde que o processo se encontre instruído com os documentos de junção obrigatória, que constam das alíneas a) a e) do n.º 3 do artigo 15.º do mesmo articulado, designadamente a apólice de seguro. -----

(2) Emitir as licenças Especiais de ruído, de acordo com o disposto no n.º 15.º do Decreto-Lei n.º 9/2007, de 19/01, com as alterações do Dec-Lei 278/2007 de 01/08; ----

(3) Isentar em 50% o pagamento da taxa referente à licença de ruído e isentar na totalidade a licença de recinto improvisado, nos termos do n.º 2 do art.º 5.º do Regulamento Municipal de Taxas e Preços da Câmara Municipal de Cuba. -----

7. CÂMARA MUNICIPAL DE CANTANHEDE. PEDIDO DE COLOCAÇÃO DE PENDÕES PARA DIVULGAÇÃO DA INICIATIVA “29.ª EXPOFACIC”. -----

Solicita a Câmara Municipal de Cantanhede, autorização para a colocação de pendões publicitários, para divulgação da 29.ª edição da “Expofacic”, que decorrerá naquela

localidade de 25 de julho a 4 de agosto de 2019. -----

De acordo com o disposto na alínea ee) do art.º 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, compete à Câmara, no âmbito do planeamento e desenvolvimento “criar, construir e gerir instalações, equipamentos, serviços, redes de circulação, de transportes, de energia, de distribuição de bens e recursos físicos integrados no património do município ou colocados, por lei, sob administração municipal” -----

A Câmara, por unanimidade, com base na Informação n.º 109/2019 da Subunidade Administrativa e de acordo com as competências que lhe são cometidas pelo disposto na alínea ee) do art.º 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, deliberou autorizar a colocação dos pendões chamando a atenção do requerente para a necessidade da sua remoção após a realização do evento. -----

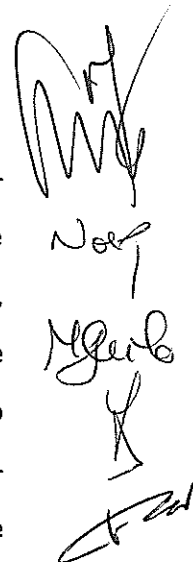
8. COMISSÃO DE FESTAS DE ALBERGARIA DOS FUSOS. PEDIDO DE COLABORAÇÃO NAS FESTAS EM HONRA DE NOSSA SENHORA DO OUTEIRO. -----

Solicita a Comissão de Festas de Albergaria dos Fusos o apoio da Câmara na organização das Festas em Honra de Nossa Senhora do Outeiro através do pagamento da Banda da Sociedade Filarmónica Cubense 1.º de Dezembro, que abrilhantar a procissão no dia 18 de setembro. -----

A Câmara, por unanimidade, deliberou atender a pretensão assumindo o compromisso do pagamento da prestação dos serviços da Banda nas festas daquela localidade, situação que já estava contemplada em protocolo. -----

9. CONCURSO PÚBLICO N.º 01/19 PARA “PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NA ÁREA DOS SEGUROS”. DESPACHO DO PRESIDENTE. -----

“João Manuel Casaca Português, Presidente da Câmara Municipal de Cuba, ao abrigo do disposto no nº 7 do art.º. 50º do Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado pelo Decreto-Lei nº 18/2008, de 29 de janeiro, na sua redação atual, e considerando a urgência na prestação dos esclarecimentos solicitados, assim como na retificação daí decorrente do caderno de encargos, no uso da faculdade prevista no n.º 3 do art.º 35.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, determina que: -----
Se proceda às retificações a seguir indicadas do Caderno de Encargos: -----



a) Cláusula 29ª - Ramo - Acidentes Pessoais - 4 – Utentes das Iniciativas desportivas, é eliminado o ponto 4.4.; -----

b) Cláusula 31.ª – Ramo – Multirriscos, no ponto “5 - ATUALIZAÇÃO DE CAPITALIS”, o ponto 5.1. passa a ter a seguinte redação “A atualização capitais é convencionada à taxa anual de 2,5% (dois virgula cinco pontos percentuais)”. -----

Em tudo o mais se mantêm os termos do caderno de encargos, assim como o prazo para apresentação das propostas. -----

A presente retificação do caderno de encargos irá ser ratificada pelo órgão executivo na sua reunião ordinária de dia 24/07/2019, mas produz efeitos imediatos após a comunicação dos esclarecimentos. -----




A Câmara, por unanimidade, de acordo com o disposto no n.º 3 do art.º 35 da Lei n.º 75/2013, de 12/09, designadamente: “Em circunstâncias excecionais, e no caso de, por motivo de urgência, não ser possível reunir extraordinariamente a câmara municipal, o presidente pode praticar quaisquer atos da competência desta, ficando os mesmos sujeitos a ratificação na primeira reunião realizada após a sua prática, sob pena de anulabilidade”, deliberou ratificar o despacho do Sr. Presidente. -----

10. AUMENTO DO CAPITAL SOCIAL DA AMGAP (ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS PARA A GESTÃO DA ÁGUA PÚBLICA NO ALENTEJO NOS ANOS DE 2019 E 2020. PROPOSTA DA CÂMARA QUE DEVERÁ SER PRESENTE À ASSEMBLEIA MUNICIPAL; -----

Foi presente à Câmara a Informação n.º 25/2019, do Chefe da UAJDSCS, enquadrando o assunto em título: -----

“Como é consabido, foi recebido recentemente na autarquia a documentação inerente às deliberações dos órgãos sociais da AMGAP – Assembleia Intermunicipal e Conselho Executivo, que vão no sentido do reforço do capital social da AGDA, SA. (Águas Públicas do Alentejo). -----

A exemplo do já ocorrido anteriormente no biénio de 2017 e 2018, em 21 de julho de 2017 foi presente à Câmara a proposta de aumento do capital social da AGDA, tendo a mesma posteriormente sido remetida para a sessão da Assembleia Municipal de setembro de 2019. -----


Nº 2



É pois neste contexto que surge agora a proposta de aumento desse mesmo capital social para o biénio 2019/2020, cabendo ao Município de Cuba a quantia de **19.492,30€**, a liquidar em quatro tranches de **4.873,07€** cada uma delas. -----

Em sintonia com as normas aplicáveis regista-se que o art.º 7.º al. b) dos estatutos da AMGAP prevê que constitui obrigação dos municípios associados “comparticipar, na parte proporcional, em despesas ordinárias e extraordinárias, que virem a ser aprovadas pela Assembleia Intermunicipal. -----

Assim sendo, deverá a Câmara, no uso das competências previstas na alínea ccc) do n.º 1 do art.º 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, apreciar e votar o assunto, no sentido da sua remessa para a Assembleia Municipal – sessão de setembro de 2019, para que aquele órgão aprove este aumento de capital da AGDA, em sintonia com as suas competências próprias, previstas na alínea n) do n.º 1 do art.º 25.º do diploma em cima mencionado. -----

A Câmara, por unanimidade, deliberou: -----


1.º - Apreciar e votar a proposta de aumento de capital da AGDA, S.A. no biénio 2019/2020, com a participação do Município de Cuba a ser de 19.492,30€, a liquidar em quatro tranches de 4.873,07€ cada uma delas; -----

2.º - Remeter essa mesma proposta à Assembleia Municipal de setembro de 2019, para que aquele órgão, no uso das suas competências próprias previstas na alínea n) do n.º 1 do art.º 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, tome uma posição final sobre esta matéria. -----

11. PIG D'OURO. PARQUE EMPRESARIAL. DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS. -----

Foi presente à Câmara, para conhecimento, a declaração Mod.22 do IRC entregue pela empresa Pig D'ouro, demonstrativa dos resultados decorrentes do volume de negócios em 2018, para cumprimento das regras de alienação aplicáveis aos lotes 23 e 28 do Parque Empresarial da Quinta da Graciosa, em Cuba. -----

A Câmara tomou conhecimento de que a empresa cumpriu os objetivos para poder beneficiar das regalias contempladas no Regulamento de Alienação de lotes do Parque Empresarial da Quinta da Graciosa. Neste contexto o processo de alienação considera-se concluído. -----


Nº



12. RECONHECIMENTO DE VALOR E MÉRITO ACADÊMICO - ANO LETIVO 2018/2019 - LIVRE-TRÂNSITO, PARA OS ALUNOS PREMIADOS, NAS PISCINAS MUNICIPAIS DESCOBERTAS – DURANTE A ÉPOCA DE VERÃO 2018. RATIFICAÇÃO. -----

O Agrupamento de Escolas de Cuba valoriza no final de cada ano letivo os resultados escolares obtidos, definindo o conjunto de alunos a integrar no Quadro de Honra – Valor e Mérito Académico. -----

Considerando as competências e responsabilidades atribuídas ao Município em matéria de educação, e a importância da cooperação com o Agrupamento de Escolas de Cuba, reconhecendo e incentivando os alunos no seu esforço, promovendo melhores resultados escolares, deverá a Câmara pronunciar-se sobre a atribuição de livre-trânsito nas piscinas municipais, durante a época de verão. -----

A realização da Gala de Fim de Ano, está agendada para o dia 16 de julho, pelo que se sugere que o Livre-trânsito tenha início a 16 de Julho e término a 15 de Setembro para os alunos, constantes do Quadro de Valor e Mérito no ano letivo 2018/2019, que se anexa. Face ao exposto, cumpre-me concluir: -----

Tratando-se de uma situação urgente e excecional e não sendo possível reunir extraordinariamente a Câmara, pode o Presidente decidir favoravelmente, sendo o seu despacho sujeito a ratificação na reunião de Câmara de 24 de julho de 2019, nos termos do n.º 3 do artigo 35º da Lei 75/2013 de 12 de setembro, na sua redação atual. Foi presente à Câmara o Despacho do Sr. Vice-Presidente que autorizou a atribuição de livre-trânsito nas piscinas municipais, durante a época de verão, aos alunos constantes do Quadro de Valor e Mérito que se publica. -----

Quadro de Valor e Mérito

1º Ano

NOME COMPLETO	TURMA
Alexandra Viviane Rodrigues Monteiro	EB de Vila Alva - 1ºA
Alexandru Constantin Gaitã	EB Fialho de Almeida - 1ºB
Bárbara Chaveiro De Faria Lobo	EB Fialho de Almeida - 1ºB

Helena Sofia Pires Arvanas	EB de Vila Alva - 1ºA
José Maria Duarte Nilha Pires	EB Fialho de Almeida - 1º A
José Maria Martins Lopes	EB Fialho de Almeida - 1ºB
Laura Loução Ferro	EB Fialho de Almeida - 1º A
Lourenço Oliveira Soudo	EB Fialho de Almeida - 1º A
Maria Clara Fonseca Mimoso	EB de Faro do Alentejo - 1ºA
Matilde Parreira Aranha Morais	EB Fialho de Almeida - 1º B
Pilar Mazaroto Orelha Batista Janeiro	EB Fialho de Almeida - 1ºA
Rodrigo Caixeiro Bastos	EB Fialho de Almeida - 1º A
Salvador Grilo Silva	EB Fialho de Almeida - 1ºA
Sandro Coelho Ribeiro	EB de Faro do Alentejo - 1º A
Vasco Leão Costa	EB Fialho de Almeida - 1º A
Xavier Cardeira Rato	EB Fialho de Almeida - 1ºA

Handwritten signatures and initials:
 Nao,
 Grilo
 [initials]
 [initials]

2º Ano

NOME COMPLETO	TURMA
Diogo Catarino Rodrigues	EB Fialho de Almeida - 2ºC
Eduardo Filipe Campaniço Grilo	EB Fialho de Almeida - 2ºD
Francisco São Pedro Fernandes	EB Fialho de Almeida - 2ºC
Gabriel Chamorro Escrevente	EB de Faro do Alentejo/2ºA
Pedro Henrique Cardoso Lança	EB Fialho de Almeida - 2ºD
Pedro José Caeiro Maltez	EB Fialho de Almeida - 2ºC
Rita Vaz dos Santos	EB de Vila Alva - 2ºA

3º Ano

NOME COMPLETO	TURMA
Carolina Vieira Petronilo	EB Fialho de Almeida - 3º E

Constança do Rosário Godinho	EB Fialho de Almeida - 3º F
Constança Isabel Mira Borges	EB Fialho de Almeida - 3º F
Érica Sofia Dionísio Carapuça	EB Fialho de Almeida - 3º E
Lucas de Deus Prudêncio Fouto	EB Fialho de Almeida - 3º F
Madalena Rodrigues Galinha	EB Fialho de Almeida - 3º F
Martim Parreira Aranha Moraes	EB Fialho de Almeida - 3º F
Miguel Marques Quítalo	EB Fialho de Almeida - 3º F
Sara Candeias Xerez	EB Fialho de Almeida - 3º F

[Handwritten signature]
Noel
[Handwritten signature]
[Handwritten signature]

4º Ano

NOME COMPLETO	TURMA
Anastásia Udud	EB Fialho de Almeida - 4º E
Beatriz Heleno Serrano	EB Fialho de Almeida - Cuba 4º E
Beatriz Soares Varela	EB Fialho de Almeida, Cuba - 4º E
Carolina Pombinho D' Almeida	EB Fialho de Almeida, Cuba 4º G
Dinis Guedelha Gavião	EB Fialho de Almeida, Cuba - 4º G
Diogo Marvino Santos Lima Costa	EB Fialho de Almeida, Cuba - 4º E
Duarte Dinis Caeiro Parraça	EB Fialho de Almeida, Cuba - 4º G
Gonçalo Filipe Veiga Branco	EB Fialho de Almeida, Cuba - 4º E
Guilherme Vinagre Soudo	EB Fialho de Almeida, Cuba - 4º E
Gustavo Manuel Pólvora Candeias	EB Fialho de Almeida, Cuba - 4º G
Henrique Borges Vieira	EB Fialho de Almeida, Cuba - 4º E
Joana Isabel Barão Janeiro	EB de Faro do Alentejo/4ºB
Mafalda Guibarra Lança Horta	EB Fialho de Almeida, Cuba - 4º G
Maria do Carmo Piedade Guilherme	EB Fialho de Almeida, Cuba - 4º E
Martim Carlos Rus Pepe	EB Fialho de Almeida, Cuba - 4º G
Martim Mazaroto Orelha Batista Janeiro	EB Fialho de Almeida, Cuba - 4º G

Santiago Martim Serrano Ferreira	EB Fialho de Almeida, Cuba - 4º G
Tiago Diniz Teixeira	Escola de Vila Alva
Tomás Maria Cascalheira Barreiras	EB Fialho de Almeida, Cuba - 4º G

Handwritten signatures and notes:
 Naz
 Paulo
 F. 201

5º Ano

NOME COMPLETO	TURMA
Catarina Vilela da Costa	5ºA
Dinis Panasqueira Manzaca	5ºB
Diogo Laureano Carapinha	5ºB
Gonçalo Miguel Vermelhudo Lopes	5ºA
Leonor Guerreiro Rocha	5º B
Margarida Soeiro Moreira	5º B
Maria Catarina Flores São Pedro	5º A
Maria Leonor Claudino Batista	5º A
Miguel Ferreira Guerreiro Rodrigues Ruivo	5º B

6º Ano

NOME COMPLETO	TURMA
Lourenço Ferreira Lança	6º A
Maria do Rosário Guilherme Lampreia	6º A
Rodrigo Marques Delgado	6º B

7º Ano

NOME COMPLETO	TURMA
Afonso José Cabeça Parreirinha	7º B
Carolina Máximo Parreira	7º B
Inês Isabel Marques lança	7º A

Leonor Fernandes Caetano	7º B
Leonor Guedelha Gavião	7º B
Lídia Branco Batista	7º B
Maria Carolina Santos Monteiro Vargens	7º A
Duarte Marques	7º A
Miguel Carriço	7º A
Margarida Coelho	7º B
Mário Carvoeiras	7º B

8º Ano

NOME COMPLETO	TURMA
Alexandra Borges Ascensão Martins Marques	8º A
Beatriz Isabel Marina Banha	8º B
Carolina Alface Pirote	8º A
Catarina Santos Monteiro Vargens	8º B
Joana da Silva Moura	8º B
Joana Filipa Barbosa dos Santos	8º B
Matilde Fialho Candeias	8º A
Tiago Daniel Cardoso Barrocas Isidro	8º A

9º Ano

NOME COMPLETO	TURMA
Catarina Candeias Lança Raminhos	9º B
Jorge Alexandre Oliveira dos Santos	9º B
Miguel Jordão Horta	9º A

Outras áreas de reconhecimento

Nome completo
Maria do Guadalupe Roberto Santos
Inês Seco da Silva
Laura Vieira dos Santos
Diana Isabel Serrano Madeira
Catarina Candeias Lança da Costa Raminhos
Iara Ramalho Esperança Soudo Piedade
Laura Piçarra Bule
Gonçalo Almanso da Silva
Rui Miguel Moreira Aniceto
Tomás José Baião Coelho
Leonor Almeida Vieira
Jaime Valente Medeiros Corbafo de Araújo
Martim Correia Vasco
Letícia José Santos Estrela
Darius Alexandru Dobos
Carolina Isabel Monteiro Veladas
Diana Isabel Brazão Marques
Diogo Vieira dos Santos
Leonor Isabel Dimas Barbado
Ariana Alexandre Amor Ramos

[Handwritten signatures and initials]

A Câmara, por unanimidade, de acordo com o disposto no n.º 3 do art.º 35 da Lei n.º 75/2013, de 12/09, designadamente: *"Em circunstâncias excecionais, e no caso de, por motivo de urgência, não ser possível reunir extraordinariamente a câmara municipal, o presidente pode praticar quaisquer atos da competência desta, ficando os mesmos sujeitos a ratificação na primeira reunião realizada após a sua prática, sob pena de anulabilidade"*, deliberou ratificar o despacho do Sr. Vice-Presidente. -----

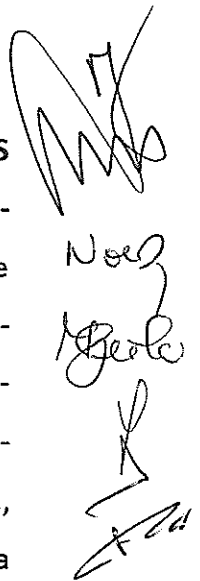
13 PROPOSTA DE “NORMAS DE GESTÃO E ATRIBUIÇÃO DE TRANSPORTES ESCOLARES EXCECIONAIS”. -----

Foi presente à Câmara a Informação n.º 19/2019, do SAE, contendo a proposta que se transcreve: -----

“Relativamente ao assunto em epígrafe, cumpre informar, -----

Considerando que, -----

- No âmbito da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, na sua redação atual, nomeadamente no que se refere à alínea gg) do n.º 1 do artigo 33.º, compete à Câmara Municipal: “Assegurar, organizar e gerir os transportes escolares.”; -----
- A intervenção do Município de Cuba em matéria de transportes escolares, atualmente, consiste na oferta de um serviço de transporte entre o local de residência e o local dos estabelecimentos de ensino que frequentam, a todos os alunos dos ensinos básico e secundário, quando residem a mais de 3 km ou 4 km dos estabelecimentos de ensino, sem ou com refeitório, dentro do estabelecido pelo Decreto-Lei n.º 299/84 de 5 de setembro, alterado pela Lei n.º 13/2006 de 17 de abril e pelo Decreto-Lei n.º 7/2003 de 15 de janeiro, com as alterações introduzidas; -----
- Não é feita referência à obrigatoriedade do Município garantir transporte escolar aos alunos do ensino pré-escolar; -----
- Desde Fevereiro de 2017, o transporte de alunos do ensino pré-escolar tem sido efetuado por motorista e veículo do Município, para os alunos residentes em Cuba, que por vários motivos os pais/encarregados de educação optaram por matricular os seus filhos numa escola do concelho que não é a da sua área de residência/freguesia, desde que apresentado o pedido à Câmara. -----
- Inicialmente foi para alunos do pré-escolar e ultimamente já se efetua transporte para alunos de 1.º ciclo, o que se traduz num aumento gradual de alunos a transportar; -----
- Atendendo a que, -----
- O Plano de Transportes Escolares – previsão para o ano letivo de 2019/2020, já foi aprovado em reunião de Câmara de 12/06/2019; -----
- Por não se tratar de um direito, mas sim de um benefício para as famílias, surge a necessidade excecional de regular as normas de gestão e atribuição dos transporte em causa, uma vez que a viatura afeta a este serviço é o Minibus que comporta 16 lugares




Handwritten signatures and initials in the right margin, including a large signature at the top and several smaller ones below it.

sentados e os pedidos já ultrapassam esse número; -----

- O regime de transporte escolar excecional é efetuado por motorista e veículo do Município funciona durante os períodos letivos e não letivos, de acordo com o calendário escolar e as atividades de Apoio à Família, entre o local de residência e o estabelecimento de ensino que frequentam; -----

Assim, a título excecional a Câmara Municipal poderá conceder outros apoios em transporte, estabelecendo as normas e prioridades para a gestão e atribuição dos Transportes escolares excecionais: -----


Nº 1
J. B. B.
X
F. M.

NORMAS DE GESTÃO e ATRIBUIÇÃO DOS TRANSPORTES ESCOLARES EXCECIONAIS

Cláusula 1.ª

Conceito de Transporte escolar excecional

O transporte escolar excecional é o transporte escolar que não é contemplado no âmbito dos transportes escolares estabelecidos pelos normativos legais que o instituem.

Cláusula 2.ª

Formalização da Candidatura ao serviço de transporte escolar excecional

A Candidatura é formalizada através da entrega da ficha de candidatura, em anexo, devidamente preenchida e assinada, que se encontra disponível no Serviço de Educação e onde deve ser entregue.

É estabelecida prioridade nos pedidos pela seguinte ordem de preferência:

- 1 - aos alunos e alunas, cujos pais não sejam portadores de carta de condução e/ou possuidores de viaturas automóvel;
- 2 – aos alunos e alunas cujos pais exerçam a sua atividade profissional e os horários laborais não sejam compatíveis com os horários escolares, devidamente comprovado mediante declaração das entidades patronais de cada um;
- 3 – usufruto do transporte a título regular e contínuo, quer no período da manhã, quer no período da tarde;

4 – por ordem de entrada do pedido, caso não se enquadrem em nenhum dos números anteriores.

Cláusula 3.ª

Casos omissos

Todos os casos omissos deverão ser remetidos por escrito para a Câmara Municipal, que após respetiva apreciação por parte dos serviços, será submetido a aprovação da Câmara Municipal.

Cláusula 4.ª

Entrada em vigor

As presentes normas entram em vigor no dia seguinte à sua aprovação e publicitação no site oficial da autarquia e em edital a afixar nos lugares de estilo.”

A Câmara, por unanimidade, deliberou aprovar a proposta das “Normas de gestão e atribuição de transportes escolares excecionais”, efetuados pelo Município. -----

14. INFORMAÇÃO ACERCA DA SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO DE CUBA “. -----

Foi presente à Câmara a Informação n.º 22/2019, dos Serviços Financeiros, enquadrando de acordo com o estipulado na alínea c) do nº2 do artigo 25º da Lei 75/2013 de 12 Setembro, a situação financeira do município que se retrata da seguinte forma: -----

Execução Orçamental: -----

- *O total das Disponibilidades (Valores em numerário e depósitos em bancos) é de € 253.257,40 à data de 30/06/2019; -----*
- *Os pagamentos efetuados à data de 30/06/2019 possuem o valor de € 2.568.027,04 para Despesas Correntes e € 402.670,54 para Despesas de Capital. A despesa apresenta um grau de execução de 53,16% no que diz respeito a despesa corrente e 18,71% a despesa de capital; -----*
- *As receitas cobradas pelo Município à data de 30/06/2019 ascendem a € 2.323.930,27, no que diz respeito à receita corrente, € 521.879,42 receita de capital. A receita apresenta um grau de execução de 45,67 % relativamente à receita corrente e 31,58 % à receita de capital. Sendo a execução global de 42,21%. Encontra-se por cobrar € 222.488,40; -----*

- O saldo de execução orçamental à data de 30/06/2019 é de € 165.829,65; -----
- A cabimentação atingiu à data 95,28 % no que diz respeito a despesa corrente e 57,76 %, no que diz respeito à despesa de capital; -----
- Os compromissos assumidos no exercício em despesa corrente situam-se em € 4.184.325,31 e em despesa de capital €932.131,71 e representam relativamente ao orçamento corrigido 86,61% e 43,31 % respetivamente. No que diz respeito aos compromissos não pagos, ascendem a €2.145.759,44,sendo: -----

- € 1.616.298,27 - Despesa corrente -----
- € 529.461,17 - Despesa capital -----
- Os compromissos assumidos relativamente a exercícios futuros ascendem à data a € 1.214.624,09; -----

A faturação comunicada, não paga (dívida) à data de 30/06/2019 ascende a € 438.646,05,sendo: -----

Despesa corrente : € 276.902,11 -----

Despesa capital : € 161.743,94 -----

Limites ao Endividamento: -----

De acordo com o estipulado na alínea b) do nº3 do artigo 52º da Lei 73/2013 de 3 Setembro: -----

"A dívida total das operações orçamentais do município e das entidades previstas no artigo 54º, da lei nº73/2013,não pode ultrapassar, em 31 de dezembro de cada ano, 1,5 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores". -----

A dívida total das operações orçamentais do município engloba os empréstimos, tal como definidos no nº1 do artigo 49º, os contratos de locação financeira e quaisquer outras formas de endividamento, por iniciativa dos municípios, junto de instituições financeiras, bem como todos os restantes débitos a terceiros decorrentes de operações orçamentais. -----

Limite da dívida total para 2019: -----

Limite da dívida total 2018(1,5*média da receita corrente líquida dos últimos 3 anos) :

Receita corrente líquida 2016	Receita corrente líquida 2017	Receita corrente líquida 2018	Total	Média da receita corrente líquida
(1)	(2)	(3)	(4)=(1)+(2)+(3)	(5)=(4)/(3)
4.681.638	4.718.520	5.014.338	14.414.496	4.804.832

Limite da dívida total: €7.207.248

Situação do Município em 01-01-2019 :€2.435.845,85

Total dívida terceiros	Contribuição SM/AM/SEL	Dívida total	FAM +Dívidas Não Orçamentais	Dívida Total Excluindo FAM +Op. Tesouraria
(2)	(3)	(4)=(2)+(3)	(5)	(6)
2.466.955,48	51.957,35	2.518.912,83	83.066,98	2.435.845,85

Situação do Município em 31-06-2019:

Total dívida terceiros	Contribuição SM/AM/SEL	Dívida total	FAM +Dívidas Não Orçamentais	Dívida Total Excluindo FAM +Op. Tesouraria
(2)	(3)	(4)=(2)+(3)	(5)	(6)=(4)-(5)
2.473.064,96	77.040,63	2.550.105,59	118.179,56	2.431.926,03

O montante da dívida das associações de municípios e da empresa municipal, que contribuem para o cálculo da dívida do Município, são: -----

AMCAL (participação de 22,05%): € 23.540,87 -----

AMGAP : € 0,00; -----

ANMP: €1.210,38; -----

CIMBAL (participação de 3,91%): € 52.289,38; -----

Centro de Estudos Diogo Dias Melgaz, Unipessoal (participação de 100%): € 0,00 -----

Verifica-se que o Município se encontra numa situação de cumprimento em relação à dívida total. -----

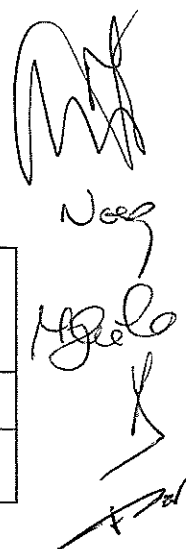
Pagamentos em atraso:

De acordo com o estipulado, na Lei nº 8/2012, “a execução orçamental não pode conduzir, em qualquer momento, a um aumento dos pagamentos em atraso.”

No que diz respeito ao período em análise, não possui o Município pagamentos considerados em atraso. -----

Fundos Disponíveis: -----

Os Fundos disponíveis do período foram de:€482.108,07, tendo sido absorvidos até final do mês:€482.101,84. -----


Nee
Melo
X
Ad

Equilíbrio Orçamental: -----

De acordo com o enumerado no nº2 do artigo 40º da Lei das Finanças Locais, o equilíbrio orçamental é apurado da seguinte forma: -----

"A receita corrente bruta cobrada deve ser pelo menos igual à despesa corrente acrescida das amortizações médias de empréstimos de M/L prazo". -----

No que diz respeito ao período em análise, o município encontra-se numa situação de desequilíbrio, caso se considere a amortização média anual pela totalidade: -----

Receita corrente bruta :€2.323.930,27 -----

Amortização média anual:€ 284.763,61 -----

Despesa corrente paga:€2.568.027,04 -----

Receita corrente bruta «= Despesa corrente + Amortizações médias de empréstimos

€ 2.323.930,27«=€2.568.027,04+€284.763,61, -----

€ 2.323.930,27«=2.852.790,65 -----


Se efetuarmos o corte das amortizações ao período, a situação é de desequilíbrio e é a seguinte: -----

€ 2.323.930,27«=€2.568.027,04+142.381,81

€ 2.323.930,27«=€2.710.408,85

Do atrás exposto conclui-se: -----

- 1- No que diz respeito à dívida por cobrar verifica-se um aumento em relação ao saldo inicial em Janeiro de 2019. Deve ser reanalisada esta situação e adotadas medidas corretivas ,uma vez que em termos absolutos o aumento verificado é de €26.924,15.Os montantes em execução fiscal não tem diminuído encontrando-se alguns dos processos em análise nos serviços jurídicos; -----
- 2- O município encontra-se à data com elevada execução orçamental da despesa corrente, no que diz respeito a cabimentos e compromissos, por força da execução orçamental e da lei dos compromissos cujo horizonte é de 6 meses; -----
- 3- No que diz respeito à dívida total verifica-se uma diminuição da dívida de 0,17%, relativamente ao início do ano; -----
- 4- Não existem pagamentos em atraso; -----


Nº 2
Helo
Fw

5- No que diz respeito à regra do equilíbrio orçamental, o Município encontra-se em
desequilíbrio orçamental, na ordem dos € 386.478,58, pelo que, devem ser tomadas
medidas corretivas, com a maior brevidade possível, uma vez, que à data se verifica
um valor negativo superior a 5% das receitas correntes totais. -----

A Câmara tomou conhecimento. -----

**15. DAVID VARGAS PEREIRA PACHECO. PEDIDO DE CERTIDÃO DE ENQUADRAMENTO
EM PDM. PRÉDIOS: 298, 309, 339 SECÇÃO L; 113, 115, 116, 119, 121 SECÇÃO K E 445
SECÇÃO E, EM CUBA-----**

Vem o requerente solicitar a emissão de certidão de enquadramento em PDM, relativa
aos prédios acima identificados; -----

Do respetivo enquadramento em PDM, de acordo com a Planta de Ordenamento,
verifica-se a localização dos prédios em *Áreas com Aptidão Agrícola Dominante, e de
Reserva Ecológica Nacional*; -----

De acordo com a Planta de Condicionantes do mesmo plano, assinala-se interferência
com solos de RAN (Reserva Agrícola Nacional) na totalidade dos prédios e com solos de
REN (Reserva Ecológica Nacional) nos prédios 113, 115, 116, 119, 121 secção K, e no
prédio 445 secção E; -----

Existem ainda áreas inseridas no bloco de rega do Empreendimento de Fins Múltiplos de
Alqueva, 2.^a fase na generalidade dos prédios; -----

No que respeita aos achados arqueológicos que eventualmente possam a vir a ser
encontrados, deverá o promotor, dar conhecimento dos mesmos no prazo de quarenta
e oito horas à administração do património cultural competente ou à autoridade
policial, que assegurará a guarda desses testemunhos e de imediato informará aquela, a
fim de serem tomadas as providências convenientes (Artigo 78.º da Lei n.º 107/2001, de
8 de Setembro, com as alterações posteriores). Ainda e nos termos da comunicação n.º
857/DSBC/2018 emanada da Direção Regional de Cultura do Alentejo (DRCALEN), à
semelhança do que já acontece com outros municípios, devem as ações ser
previamente comunicadas à DRCALEN para emissão de parecer. -----

A Câmara, por unanimidade, deliberou certificar em conformidade com a Informação
do Gabinete Técnico. -----

OBRAS PARTICULARES: -----

16. FERNANDO DAVID RIBEIRO ANJO. PEDIDO DE CERTIDÃO. DIVISÃO DE PRÉDIO EM PROPRIEDADE HORIZONTAL. RUA DR. JOÃO ALMEIDA TOJEIRO, 1, EM CUBA. -----

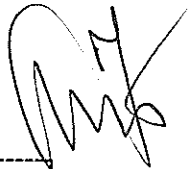
Vem o requerente submeter um pedido de certidão para efeitos de constituição de propriedade horizontal, do prédio urbano inscrito na matriz predial sob o n.º 3373; -----
Para esse efeito são identificados os requisitos legais para efeitos de divisão, fixados pelo artigo 1415.º do Código Civil (CC): -----

..." a constituição de propriedade horizontal pode ter lugar desde que se verifiquem os requisitos exigidos pelo art.º 1415.º do CC- as frações autónomas, além de constituírem unidades independentes, têm de ser distintas e isoladas entre si, com saída própria para uma parte comum do prédio ou para a via pública e têm de existir partes comuns. Para além destes requisitos ditos civis, existem outros, denominados requisitos administrativos, impostos pelo Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação (RJUE, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99 de 16 de Dezembro, na sua redação atual), que no seu art.º 66.º sujeita a certificação pela Câmara Municipal de que o prédio preenche os requisitos legais para a sua divisão em propriedade horizontal. Igualmente o Código do Notariado é claro, no caso de constituição negocial da propriedade horizontal, ao exigir documento emitido pela Câmara Municipal, comprovativo da verificação dos requisitos legais (vide art.º 59.º). -----

2. Na presente situação, o prédio preenche todos os requisitos necessários, por possuir partes comuns, e ser suscetível de criação de frações distintas e autónomas, com acessos independentes a partir da via pública e do logradouro interior comum. As áreas, descrição predial e respetivas percentagens do valor de cada fração serão as que estão expostas no requerimento e nas peças desenhadas do processo. -----

A Câmara, por unanimidade, deliberou aprovar a presente constituição em regime de propriedade horizontal e emitir a respetiva certidão. -----

17. RAUL MANUEL VIANA AMARO. PEDIDO DE LICENCIAMENTO / ALTERAÇÃO PARA ESTABELECIMENTO DE RESTAURAÇÃO E BEBIDAS. RUA NOVA DO CASTELO, 13, EM


Nº 1
Helo
Fm

VILA RUIVA. -----

Vem o requerente submeter a apreciação o projeto de arquitetura para a adaptação de uma antiga habitação em estabelecimento de restauração e bebidas, no prédio sito na Rua Nova do Castelo, 13, em Vila Ruiva. -----

Da apreciação prévia constata-se a localização em área de proteção da Igreja Matriz de Vila Ruiva (Imóvel classificado de Interesse Público) pelo que se despoletou a consulta à DRCALEN através da plataforma SIRJUE. -----

A Câmara tomou conhecimento. -----

18. ISABEL LAURA C. BATISTA JANEIRO. PROCESSO N.º 19/2019. PEDIDO DE LICENCIAMENTO / REMODELAÇÃO DE HABITAÇÃO. RUA DA SOCIEDADE FILARMÓNICA CUBENSE 1.º DE DEZEMBRO, 33, EM CUBA. -----

Vem a requerente submeter a apreciação, o projeto de arquitetura para a remodelação de uma moradia em zona urbana antiga, na vila de Cuba de acordo com o Plano de Urbanização (PUC); -----

Da apreciação prévia do projeto agora apresentado, verifica-se que é preconizada a demolição de parte do edificado de modo a reorganizar o espaço interno e introduzir melhores condições habitabilidade. -----

No que respeita ao cumprimento do disposto no Decreto-Lei n.º 163/2006 de 8 de Agosto em matéria de acessibilidade, aceita-se a intervenção proposta que dá resposta à generalidade das normas técnicas regulamentares; -----



Verifica-se ainda o cumprimento do disposto no artigo 59.º do Regulamento Geral das Edificações Urbanas; -----

Mais se informa que de acordo com o disposto nos artigos 23.º a 34.º do regulamento do PUC, importa ainda referir que a nova edificação deverá obedecer aos seguintes condicionamentos gerais -----

No revestimento exterior deverá ser usada a cor branca, sendo admissível o recurso a molduras e socos nas cores tradicionais, ou em alternativa cantaria bujardada; -----

É proibida a aplicação de reboco irregular tipo “Tirolês”, de azulejo decorativo de padrão não aprovado pelos Serviços Técnicos. -----


Se vier a fazer uso de ar condicionado deverá ser dada atenção à forma de colocação


Nº 19/2019


dos aparelhos exteriores, que só excecionalmente poderá ser autorizada na fachada, desde que os mesmos fiquem embutidos. -----

Assim, de acordo com o exposto e para efeitos do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação (RJUE), regulado atualmente pelo Decreto-Lei n.º 136/2014 de 9 de Setembro, propõe-se o deferimento do projeto. -----

A Câmara, por unanimidade, com base na Informação 22/2019, do Serviço de Urbanismo, deliberou aprovar o projeto de arquitetura e notificar a requerente, para, de acordo com o disposto no n.º 4, do art.º 20.º, do Decreto-Lei n.º 555/99 de 16 de dezembro, na redação atual do Decreto-Lei n.º 136/2014 de 9 de setembro, apresentar no prazo de 6 meses, a contar da data de notificação da Câmara Municipal, os projetos das especialidades constantes da informação. -----


Nº 136/2014
Nº 136/2014
Nº 136/2014

19. JOSÉ FRANCISCO FRAGOSO BOLETAS. PROCESSO N.º 18/2019. PEDIDO DE LICENCIAMENTO / AMPLIAÇÃO DE HABITAÇÃO. TRAVESSA DO ULMO, 22 VILA RUIVA.

Vem o requerente submeter a apreciação, o projeto de arquitetura para a ampliação de uma moradia em zona urbana consolidada na freguesia de Vila Ruiva. -----

Da apreciação prévia do projeto agora apresentado, verifica-se que é preconizada a ampliação da habitação existente, através do aproveitamento de uma área de ruína contígua e o aproveitamento do piso desnivelado para criação de garagem e arrecadação. -----


No que respeita ao cumprimento do disposto no Decreto-Lei n.º 163/2006 de 8 de Agosto em matéria de acessibilidade, aceita-se a intervenção proposta que dá resposta à generalidade das normas técnicas regulamentares; -----

Verifica-se ainda o cumprimento do disposto no artigo 59.º do Regulamento Geral das Edificações Urbanas; -----

Mais se informa que se verifica observância do disposto nos artigos 45.º a 50.º do regulamento do PDM: -----

Assim, de acordo com o exposto e para efeitos do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação (RJUE), regulado atualmente pelo Decreto-Lei n.º 136/2014 de 9 de Setembro, propõe-se o deferimento do projeto. -----

A Câmara, por unanimidade, com base na Informação 22/2019, do Serviço de Urbanismo, deliberou aprovar o projeto de arquitetura e notificar a requerente, para, de acordo com o disposto no n.º 4, do art.º 20.º, do Decreto-Lei n.º 555/99 de 16 de dezembro, na redação atual do Decreto-Lei n.º 136/2014 de 9 de setembro, apresentar no prazo de 6 meses, a contar da data de notificação da Câmara Municipal, os projetos das especialidades constantes da informação. -----


Nº 1
Beja
2019

20. FRANCISCO JOSÉ CARVALHO ROCHA. PROCESSO N.º 20/2019. REMODELAÇÃO E AMPLIAÇÃO DE HABITAÇÃO. RUA DE BEJA, N.º 19, EM CUBA. -----

Solicita o requerente a aprovação do licenciamento da obra de remodelação e ampliação de habitação na Rua de Beja, n.º 19, em Cuba. -----

A Câmara, por unanimidade, com base na informação técnica, ao abrigo do n.º 4, do art.º 23.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na redação que lhe foi conferida pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, deliberou aprovar o licenciamento fixando em 3 meses o prazo para execução dos trabalhos conforme calendarização apresentada. -----

PERÍODO PARA INTERVENÇÃO E ESCLARECIMENTO AO PÚBLICO. -----

Cumprimento do disposto no n.º 2 do art.º 49.º Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro: ----

“2 - Os órgãos executivos das autarquias locais realizam, pelo menos, uma reunião pública mensal, aplicando-se, com as devidas adaptações, o disposto na parte final do número anterior”. -----

Não se registaram intervenções. -----

Aprovação da ata: -----

Em conformidade com o art.º 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, para constar lavrou-se a presente ata que foi aprovada, em minuta, por unanimidade, depois de lida em voz alta na presença dos membros da Câmara, que a rubricaram. -----

Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente deu por encerrada a reunião pelas 10,40 horas. -----

E eu, José Francisco Ribeiro Roque, Coordenador técnico da Câmara Municipal de Cuba, designado para secretariar as reuniões do órgão executivo redigi a presente ata, que assino com o Senhor Vice-Presidente.

O Vice-Presidente da Câmara,

O Coordenador Técnico,

No
João
Ribeiro